

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE ADOLESCENTES E FAMILIARES EM BUSCA DOS EXAMES SUPLETIVOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO

CONCEPTIONS AND PERSPECTIVES OF ADOLESCENTS AND RELATIVES IN SEARCH OF SUPPLEMENTARY EXAMS ON SCHOOLING

ARIADNE DE ARAÚJO CRUZ**
COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA, BRASIL

LÚCIA VAZ DE CAMPOS MOREIRA***
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS, BRASIL

Resumo: O objetivo da presente investigação consiste em identificar as concepções e perspectivas de adolescentes que realizam os exames supletivos, e de seus respectivos familiares e/ou responsáveis, sobre a escolarização. O estudo caracteriza-se por ser descritivo e exploratório. A pesquisa foi realizada na Comissão Permanente de Avaliação – CPA de um colégio estadual localizado em Salvador/Bahia. Participaram do estudo 30 candidatos(as) adolescentes e seus(suas) respectivos(as) pais, mães ou responsáveis, que optaram pela CPA da referida escola para realizarem os Exames Supletivos. No total foram 60 participantes. Para a coleta de dados foram construídos dois roteiros semiestruturados de entrevistas: um para os adolescentes e outro para seus pais/responsáveis. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. Os participantes foram acessados e entrevistados no contexto escolar em questão. Os dados foram analisados construindo-se categorias a partir das respostas obtidas e calculando-se as respectivas porcentagens. Os principais resultados foram: para os(as) pais/mães e responsáveis de todas as camadas sociais, a principal perspectiva é a de que o(a) adolescente realizasse os exames supletivos para regularizar a sua vida escolar ou antecipar o ingresso dele(a) na universidade, assim como queriam que o(a) filho(a) concluísse o ensino médio com maior rapidez por estar em defasagem idade/série. Por sua vez, para alguns jovens, as perspectivas estavam voltadas para obter a certificação para poder inserir-se mais facilmente no mercado de trabalho. Para os adolescentes e seus pais/mães ou responsáveis, a escola é vista, principalmente, como um local de aprendizagem e de convívio social. Assim como consiste em um local para adquirir um estudo melhor e aprender. A educação é valorizada pelos participantes, mas há a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam o processo de escolarização de qualidade para todos, numa sociedade que a cada dia exige mais capacitação de seus cidadãos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Escolarização. Exames Supletivos. Adolescência. Família.

* Artigo recebido em 24/03/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 15/04/2021.

** Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1466243772071697>. E-mail: profariadnec@gmail.com

** Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8863706292628331>. E-mail: lucia.moreira@ucp.br

Abstract: The goal of this investigation consists in identifying adolescents who take supplementary exams and their parents/guardians' conceptions and perspectives about schooling. The study is descriptive and exploratory. The research was carried out at "Permanent Commission of Evaluation"-CPA, which takes place at a state school in Salvador/Bahia. The study involved 30 teenage candidates and their respective parents/guardians who chose the CPA of the mentioned school to take the Supplementary Exams. In total, 60 people participated in this survey. Data collection was based on two semistructured script of interviews: one of them to the adolescents, and the other to their parents/guardians. The study was approved by the "Committee on Ethics Research" of the Catholic University of Salvador (UCSal). The participants were contacted and interviewed in the school environment. Data were analyzed constructing categories based on the obtained replies and based on the calculation of the respective percentages. The main results were: According to the parents/guardians of all social levels, the main perspective is that the adolescent should take the supplementary exams in order to regularize the school life or to anticipate the access to the University, and to finish high school as soon as possible, since there was a gap between age and grade. In turn, some adolescents think that their perspectives were focused on obtaining the certification and, consequently, on being able to access labour market more easily. Adolescents and their parents/guardians think that school is, mainly, a place of learning and of social interaction. Besides this, school consists of a place to access a better study and a better learning. The participants value education, but it is necessary to adopt effective public policies in order to guarantee the quality of the schooling process to everyone which is part of a society that, every day, requires more qualification of their citizens.

Keywords: Adolescent and adults' education. Schooling. Supplementary Exams. Adolescence. Family.

1. INTRODUÇÃO

Os exames supletivos estão contemplados na Seção V, Artigos 37º e 38º, direcionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. Eles compõem a base nacional comum dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio e, também, habilitam a pessoa ao prosseguimento de estudos em caráter regular. A EJA amplia e modifica paradigmas de jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de frequentar uma sala de aula regular, ao menos até concluírem a Educação Básica.

Os exames supletivos só podem ser oferecidos em unidades escolares pertencentes à rede pública estadual de ensino e disponibilizados gratuitamente a toda população que necessite. Essas instituições, no geral, requerem maior investimento por parte do governo para realizar atendimento de qualidade à população que, por meio da educação, busca adquirir melhores condições de vida na sociedade e almeja ingressar no mercado de trabalho ou ter melhores condições laborais, ou ainda, matricular-se em alguma Instituição de Ensino Superior (IES).

Nesse contexto, levanta-se a seguinte pergunta de pesquisa: Para o(a) adolescente e seus familiares que procuram pelos exames supletivos, quais são as suas concepções e perspectivas em

relação ao processo de escolarização? O estudo tem por objetivo geral identificar as concepções e perspectivas de adolescentes que realizam os exames supletivos, e de seus respectivos familiares, sobre a escolarização. O presente trabalho está baseado na tese de doutorado “Escarolarização, trabalho e família: concepções e perspectivas de adolescentes e familiares em busca dos exames supletivos” da primeira autora, que foi orientada pela segunda, no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O processo de escolarização de jovens e adultos na Educação do Brasil se dá com a chegada dos Jesuítas no País e modifica-se ao longo dos séculos para atender aos fatores sociais, políticos e econômicos vigentes. Na contemporaneidade, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um efetivo caminho que visa assegurar ao indivíduo trabalhador ou não, seus direitos numa sociedade cada vez mais dinâmica e exigente em relação à escolaridade das pessoas. No contexto da EJA, os Exames Supletivos são via de acesso para acelerar os ensinamentos fundamental ou médio. Sua demanda vem aumentando a cada ano para atender às expectativas com relação aos estudos e ao ingresso ou permanência no mercado de trabalho.

Para Costa e Machado (2017), na década de 1990, a estrutura e o funcionamento da EJA obtiveram lugar de destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). A partir do ano 2000 foram contemplados nos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA; Conselho Nacional de Educação; assim como na Concepção da EJA presente nas Conferências Nacionais de Educação de 2010 e de 2014; e na Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional da Educação 2014-2024.

Cabe destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 destina o capítulo II, Seção V, para a Educação de Jovens e Adultos. O texto da Lei estabelece:

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Ainda de acordo com a referida Lei, os Exames Supletivos devem ser ofertados em paralelo com a frequência em sala de aula. No Estado da Bahia, a oferta dos exames tem referências legais nos seguintes documentos: Portaria da SEC nº 12.235 de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002; Resolução CEE nº 138/201 de 28/12/2001; Resolução CEE nº 138/2001 e CEE nº 069/2007 (inclusão das disciplinas Sociologia e Filosofia).

Estas provas são ofertadas pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que é uma instância educacional instalada e vinculada técnico, pedagógica e administrativamente a uma unidade escolar da rede estadual, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), como instituição exclusiva para a realização de exames nos ensinos fundamental e médio, na modalidade de educação de jovens, adultos e idosos.

No Estado da Bahia existem dezoito CPAs: três na capital e quinze municípios têm uma CPA em cada um deles. Em Salvador, as três Unidades Escolares que a possuem são: o Colégio Estadual da Bahia – CENTRAL, localizado em Nazaré; o Colégio Estadual Duque de Caxias, na Estrada da Liberdade; e o Colégio Estadual Governador Roberto Santos, em Narandiba.

A compreensão da CPA, conforme o documento “Uma estratégia para a realização dos exames supletivos no Estado da Bahia: Comissões Permanentes de Avaliação – CPAs” – Alfabetização e Cidadania nº 15, de janeiro de 2003, dá-se de acordo com a definição que consta a seguir:

Comissão - organização vinculada à escola, composta de uma coordenação e de professores das diversas áreas de conhecimento da educação básica, que atuam estabelecendo relações, discussões, análises e avaliação do fazer exames.

Permanente - rompimento com o eventual, o pontual, próprio dos exames de massa, para um contínuo que assume o sentido de cuidar e estimular o aluno/candidato a avançar no seu processo de escolaridade até conseguir concluir os seus estudos, garantindo o acesso aos exames durante o ano, em escolas da rede pública estadual.

Avaliação - não apenas entendida como aplicação pura e simples de provas, operando como uma mera verificação, mas articulada com outras ofertas de EJA, que foram sendo implantadas gradativamente, possibilitando a circulação entre os exames e essas ofertas, particularmente nas escolas onde estão implantadas as CPAs.

A Comissão Permanente de Avaliação tem como objetivo maior oportunizar o acesso à certificação nos ensinos fundamental e médio, reconhecendo os saberes produzidos fora da escolarização formal ou descontinuados, em diferentes experiências de vida e de trabalho dos jovens, adultos e idosos por meio dos exames. Além disso, possibilita acelerar os estudos de quem está frequentando a sala de aula na modalidade EJA. De acordo com Cruz (2014), para aplicar os exames, uma CPA deve funcionar em dois ou três turnos, durante o ano letivo, exceto no mês de férias coletivas dos docentes. Cada unidade escolar deve oferecer as vagas para a inscrição/marcação destes exames de acordo com sua estrutura física, capacidade de atendimento e demanda.

A procura pelos exames é crescente, pois há uma exigência cada vez maior da família, da sociedade e, principalmente, do mercado de trabalho com relação à escolaridade, referindo-se, neste caso, à educação básica. Essa busca é realizada, em sua maioria, pelos jovens, adultos e idosos de contexto socioeconômico de baixo poder aquisitivo, e que estão, em sua maioria, desempregados. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2019), em relação ao analfabetismo, o Brasil tem a quinta maior taxa de jovens, com idades de 15 anos ou mais, nesta situação. A SIS ainda aponta que o País tinha cerca de 10,9 milhões de jovens (entre 15 anos e 29 anos), que não estudavam e que não estavam realizando atividades laborais em 2018, equivalente a 23% das pessoas que compõem este grupo etário. Portanto, a especificidade dessa modalidade de educação é um efetivo caminho que visa assegurar ao indivíduo trabalhador ou não, os seus direitos numa sociedade cada vez mais dinâmica.

Segundo Cruz (2014), os jovens que são de classes mais abastadas da população procuram pelos Exames visando regularizar a vida escolar. Geralmente, esta situação acontece no final de cada ano, quando não conseguem aprovação na sua escola de origem, e a família não quer investir no pagamento para a recuperação de determinadas disciplinas. São jovens que, no geral, frequentam escolas privadas e comumente não têm a vida escolar interrompida pelos mesmos motivos que levam os de baixo poder aquisitivo a abandonar a escola.

Ainda segundo a autora, em algumas situações, estes jovens de camada alta da sociedade procuram a CPA, juntamente com as suas famílias, para realizar os exames com o propósito de ingressar numa faculdade mais cedo. Quando os adolescentes são menores de 18 anos e ainda cursam o segundo ou terceiro ano do Ensino Médio, algumas famílias utilizam como recurso as liminares (decisão de urgência adotada pelo juiz antes de julgar o pedido propriamente dito), pois, como estabelece a Legislação, o ingresso universitário pode ocorrer somente após a conclusão do Ensino Médio. As liminares geralmente têm o objetivo de “evitar um dano irreparável” se não for adotada alguma medida urgente, por isso, estes jovens realizam em um curto espaço de tempo as

provas relacionadas ao Ensino Médio para que o resultado saia de imediato e, estando aprovados, façam a sua matrícula e ingressem na educação superior.

Na contemporaneidade, conforme Oliveira, Pinto e Souza (2003), a conquista de um lugar no mundo social adulto depende de processos de crescente complexidade, tornando a adolescência mais prolongada e, muitas vezes, mais difícil. Nos contextos urbanos, e conforme o grupo social de pertencimento e a individualidade do adolescente, algumas questões podem envolver estes processos: o amor romântico, o(a) primeiro(a) namorado(a), a iniciação sexual, a conclusão do ensino regular, o vestibular, o primeiro emprego, o casamento, o alcance do sucesso profissional, o nascimento do primeiro filho, enfim, um conjunto de processos que o adolescente atravessa em busca de consolidar sua identidade adulta e ser aceito em outro grupo etário.

O contexto escolar contribui para a formação da identidade do(a) adolescente, pois, apresenta uma grande diversidade de valores, costumes e regras que são repassados diariamente aos(as) alunos(as). Para Dessen e Polonia (2007), a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam na formação do(a) cidadão(ã). Segundo Polonia (2005), ambas as instituições são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, agindo como propulsoras ou inibidoras do seu desenvolvimento físico, intelectual e social.

A escola tem como objetivo preparar os indivíduos para a sociedade, constituindo repertórios que deem continuidade na vida social e profissional. Neste ambiente é possível estabelecer um significativo número de interações complexas que envolvem muitas pessoas (POLONIA, 2005). De acordo com Moraes (2011), a escola é um ambiente multicultural, que inclui, também, a construção de laços afetivos e preparo para a inserção na sociedade. Ela surge como uma instituição essencial para a constituição do indivíduo, assim como para a evolução da sociedade, além de permitir o desenvolvimento cognitivo e preparar o sujeito para a vida social.

A influência da escola é inquestionável para a formação do indivíduo, indicando que o seu papel não é o de compensar as lacunas provenientes da educação recebida no ambiente familiar. A escola possui uma contribuição para o desenvolvimento do sujeito, porque lhe possibilita experimentar e ampliar seu repertório de aprendizagem. Ela compartilha funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribui e influencia na formação do cidadão (MORAES, 2011, p. 44).

Para Marques e Castanho (2011), a escola constitui um espaço que promove o crescimento dos indivíduos escolarizados em direção à sua inserção social e cultural. Não significa que os indivíduos escolarizados tenham mais capacidade intelectual do que os não escolarizados, mas estão, teoricamente, mais instrumentalizados e capacitados para enfrentar as demandas que a

sociedade em constantes mudanças requer. Nesse contexto, para os autores, a não participação do indivíduo no processo de escolarização, assim como, da experiência escolar, promove o empobrecimento dele e a negação do seu acesso à cultura.

Sendo assim, Silva e Ferreira (2014) afirmam que a escola precisa ser vista como instituição social de grande relevância para a sociedade, pois além de ser a base para preparar o indivíduo intelectualmente, permite a sua inserção social, após a família, que se estabelece como o primeiro espaço socializador para seus membros. Igualmente, a instituição escolar constitui um ambiente no qual a cidadania é promovida, pois o pertencimento não é exclusivamente familiar, mas sim, compartilhado com outra comunidade maior, na qual não estão ligados por laços consanguíneos ou de afinidade. Assim, no ambiente escolar, o estudante convive em comunidade e aprende a relacionar-se com a diversidade em termos de etnia, religião e cultura.

A parceria entre família-escola, estruturada de maneira responsável e comprometida com o processo de escolarização dos estudantes, favorece o avanço do desenvolvimento da sociedade. Segundo Piffer, Rodrigues e Guimarães (2013), a participação da família no ambiente escolar, além de expressar a valorização dos estudos para o(a) filho(a), favorece o desenvolvimento da criança e do(a) adolescente.

O desempenho escolar de cada aluno depende não apenas do seu rendimento em sala de aula e da competência dos professores, mas, também, do apoio e da base familiar que este estudante encontra em sua casa (KNOPF; CERUTTI, 2012). Desse modo, a valorização dos estudos deve partir, a princípio, da família que precisa acompanhar o processo de aprendizagem das crianças e dos(as) adolescentes.

De acordo com Cruz (2014), na contemporaneidade, a busca pela educação na classe popular tem como objetivo maior o ingresso no mercado de trabalho para prover o lar, ou contribuir com os gastos necessários à sobrevivência do grupo familiar, mesmo possuindo redes de apoio. Porém, é necessário esclarecer que tanto o jovem de classes mais abastadas, quanto aquele oriundo da camada popular, tem nos estudos o objetivo de ascender socialmente e poder exercer uma profissão que atenda à demanda da família e de uma sociedade em constantes transformações, que a cada dia exige mais conhecimento e atuação profissional qualificada.

Neste contexto, a busca pelo processo de escolarização como via de acesso ao conhecimento para o adolescente e o jovem, pode possibilitar o ingresso no mercado de trabalho. Conforme Leão e Carmo (2014), a juventude brasileira é marcada por diversidades no que diz respeito às experiências de trabalho, da escolarização e do lazer. Esta diversidade se dá por meio das experiências e das trajetórias de vida de cada um; das camadas sociais a que pertence; dos grupos de convívio; da inserção no mundo do trabalho; da escolarização; e das relações familiares.

A escolha da graduação e as exigências do mundo do labor encontram-se numa intrincada rede de condições que influenciam o adolescente. Estas condições estão relacionadas a:

características pessoais, convicções políticas, religiosas, valores, crenças, apoio financeiro, formação profissional dos pais, contexto socioeconômico e família, sendo esta, um dos principais aspectos que podem colaborar ou não no momento de decisão do jovem (TERRUGGI; CARDOSO; CAMARGO, 2019).

Para o(a) adolescente das camadas altas e médias, o acesso à educação de qualidade o prepara melhor para a inserção no mercado de trabalho. De acordo com Lepikson (2018), esta inserção acontece em decorrência das possibilidades e exigências das famílias destes jovens para que completem o ciclo da sua formação e atendam às expectativas futuras de cada um. Em se tratando dos exames supletivos, o processo de escolarização possui vertentes para diferentes contextos socioeconômicos.

3. MÉTODO

Trata-se de uma investigação exploratória descritiva. Os estudos exploratórios almejam proporcionar familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito. De acordo com Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável investigada tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é mais bem compreendido no contexto social onde ocorre.

As investigações descritivas, por outro lado, visam realizar a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002), para comprovarem a sua dinâmica na sociedade ou em outra instância. Elas exigem do investigador uma gama de informações sobre o que deseja pesquisar.

3.1 Local e participantes

A presente pesquisa foi realizada na Comissão Permanente de Avaliação – CPA, do Colégio Estadual da Bahia – CENTRAL, localizado no bairro de Nazaré, em Salvador-BA. Tal instituição foi escolhida por ser uma escola muito procurada para a realização dos exames supletivos na cidade, pelo cumprimento de um grande número de liminares que chegam mensalmente e por certificar jovens e adultos por meio do ENEM (entre 2009 e 2016) e, atualmente, do ENCCEJA (Ensinos Fundamental e Médio).

Participaram do estudo 30 candidatos adolescentes e seus respectivos pais, mães ou responsáveis, que optaram pela CPA da referida escola para realizarem os exames supletivos com o objetivo de regularizar e/ou concluir os seus estudos nos ensinos fundamental ou médio, totalizando, assim, 60 participantes.

Os critérios de inclusão para os adolescentes foram: ter idade entre 15 a 20 anos; inscrever-se na Comissão Permanente de Avaliação do Colégio Estadual da Bahia – CENTRAL; estar acompanhado de pelo menos um dos pais e/ou responsáveis e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no caso dos maiores de idade, ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando era menor de idade. Os pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É necessário ressaltar que os nomes dos participantes foram omitidos para preservar suas identidades.

As idades dos adolescentes¹ variaram de 15 a 20 anos, conforme os critérios de inclusão pré-estabelecidos, e foram assim distribuídas: 15 anos (10,0%), 16 anos (16,7%), 17 anos (16,7%), 18 anos (16,7%), 19 anos (13,3%) e 20 anos (26,6%). Quanto ao gênero, houve uma maior porcentagem de adolescentes masculinos (63,4%) do que femininos (33,3%) e apenas um participante se identificou como transgênero (3,3%). Quanto à escolaridade, 63,4% cursaram o Ensino Médio incompleto, 23,3% cursaram o Ensino Fundamental completo e 13,3% o Ensino Fundamental incompleto.

As classes socioeconômicas dos adolescentes constam na tabela a seguir. Nesta classificação foram utilizados os critérios do IBGE (2010), nos quais se considera: (a) Classe A: quem recebe mais de 15 salários mínimos; (b) Classe B: quem recebe mais de cinco a 15 salários mínimos; (c) Classe C: quem recebe mais de três a cinco salários mínimos; (d) Classe D: quem recebe mais de um a três salários mínimos; (e) Classe E: quem recebe até um salário mínimo. Foi considerada a renda familiar do adolescente.

¹ Aos adolescentes foram atribuídos os códigos de um a 30 antecedidos por AF (adolescentes femininas), AM (adolescentes masculinos) e AT (adolescente transgênero), assim, por exemplo, AF1 é uma adolescente feminina de código 1 e AM2 é um adolescente masculino de código 2. Tais códigos serão utilizados, principalmente, quando forem apresentados trechos de falas dos participantes.

Tabela 1 – Classes socioeconômicas dos adolescentes que buscam exames supletivos. Salvador (BA), 2019

CLASSES SOCIOECONÔMICAS	Adolescentes (%)	Códigos dos adolescentes de cada classe socioeconômica
Classe A	10,0	AT12 - AM18 - AF30
Classe B	33,3	AF1 - AF5 - AM10 - AF11 - AM13 - AM21 - AM25 - AF27 - AM28 - AF29
Classe C	13,3	AM6 - AM7 - AM9 - AF26
Classe D	26,7	AM2 - AM4 - AM8 - AM14 - AM15 - AF22 - AM23 - AM24
Classe E	16,7	AM3 - AM16 - AF17 - AM19 - AM20
Total	100% (n=30)	-

Constata-se que, dentre os adolescentes, 33,3% eram da Classe B, 26,7% da Classe D, 16,7% da Classe E, 13,3% da Classe C e 10,0% da Classe A.

Como informado anteriormente, além do(a) adolescente, foi entrevistado um familiar responsável² que o(a) acompanhou na busca pelos exames supletivos. A seguir, consta o parentesco de cada um deles com os adolescentes.

Tabela 2 – Parentesco dos responsáveis com relação aos adolescentes que buscam exames supletivos. Salvador (BA), 2019

PARENTESCO	Responsáveis (%)
Mãe	56,7
Pai	20,0
Tio	06,7
Irmã	06,7
Avô	03,3
Tia	03,3
Irmão	03,3
Total	100% (n=30)

Constata-se que a mãe (56,7%) e, na sequência, o pai (20,0%) são os familiares que mais acompanharam os adolescentes que buscam os exames. Outros familiares foram: o tio (6,7%), a irmã (6,7%), o avô (3,3%), a tia (3,3%) e o irmão (3,3%). É interessante constatar que nas classes mais abastadas (A e B), quem levou o(a) adolescente na busca dos referidos exames foram a mãe ou o pai, com exceção de um adolescente que foi acompanhado pela tia. Por outro lado, os tios (do sexo masculino) acompanharam sobrinhos da classe E, as irmãs e o irmão acompanharam

² Aos responsáveis pelos adolescentes foram atribuídos os códigos de um a 30 (correspondendo ao número atribuído ao adolescente daquele familiar) antecedidos do parentesco. Por exemplo, “Mãe1” corresponde ao familiar da AF1 (adolescente feminina 1).

entrevistados das classes D e E, e o avô acompanhou o neto da classe C. Também vale ressaltar que, dentre os acompanhantes dos adolescentes, 66,7% eram do sexo feminino, o que parece expressar o fato de o cuidado e a educação ficarem mais a cargo das mulheres. É bom frisar, ainda, que um pai, os tios e a tia não residem com os adolescentes.

Portanto, em relação aos familiares presentes no momento da inscrição/marcação das provas do(a) adolescente, a figura da mãe aparece em maior percentual para acompanhar e buscar informações sobre os exames para o(a) jovem.

3.2 Instrumentos

Para a coleta de dados, foram construídos dois roteiros semiestruturados de entrevista: um para os(as) candidatos(as) e outro para os(as) seus(suas) pais, mães e/ou responsáveis. Tais instrumentos foram compostos por duas partes, a primeira abordou: dados de identificação dos(as) entrevistados(as); e a segunda era composta por questões abertas sobre: adolescência e escolhas de cursos e de profissões; concepções e perspectivas sobre escolarização; concepções e perspectivas sobre o trabalho; concepções e perspectivas sobre família.

Os roteiros de entrevistas em questão possibilitaram explorar o tema sobre o qual foi necessário elaborar perguntas abertas para guiar a pesquisadora em seu estudo. As respostas permitiram criar categorias. De acordo com Manzini (2004), a entrevista semiestruturada é direcionada a um tema sobre o qual se elabora um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às situações momentâneas à entrevista. Dela podem emergir informações mais livres e as respostas não estão dependentes a um padrão de alternativas. Ainda para o referido autor, ao elaborar este tipo de instrumento, com perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa, ele serviria tanto para coletar as informações basais, como representaria um caminho para o(a) pesquisador(a) se organizar em relação ao processo de interação com o(a) entrevistado(a).

3.3 Procedimentos

Inicialmente, houve envio de solicitação para a realização do estudo na Unidade Escolar: Colégio Estadual da Bahia – CENTRAL, o que foi autorizado pela gestão da Instituição.

Em seguida, o estudo foi submetido e aprovado (CAAE: 12729219.7.0000.5628) pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. A estratégia utilizada para acessar os participantes da investigação e coletar os dados se deu do seguinte modo: um convite foi feito aos candidatos que estavam acompanhados de seus pais/mães e/ou responsáveis no momento em que esperavam o atendimento para a inscrição/marcação dos exames. Aos candidatos

e pais/mães/responsáveis, que aceitaram participar da investigação, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Logo em seguida, foram realizadas as entrevistas, em separado, na sala da coordenação pedagógica da CPA. As entrevistas duraram cerca de vinte minutos e foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. A coleta de dados ocorreu de maio a dezembro de 2019.

3.4 Análise dos dados

As gravações das entrevistas foram transcritas e, a partir das respostas encontradas, foram estabelecidas categorias, com base na Técnica de Análise de Conteúdo, e calculadas as percentagens de respostas obtidas em cada categoria. Para Silva e Fossá (2015), esta é uma técnica que analisa o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo(a) pesquisador(a). Nela, busca-se a análise do material colhido para classificá-lo em temas ou categorias que auxiliem na compreensão das falas do(a) entrevistado(a). Ainda para os autores, “o caminho percorrido por esta técnica, ao longo dos anos, transcorre por diferentes fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 2).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As concepções dos participantes sobre escola constam na tabela que segue.

Tabela 3 – Significado de escola na perspectiva dos adolescentes que buscam exames supletivos e de seus pais/responsáveis. Salvador (BA), 2019

Concepções sobre escola	Adolescentes (%)	Pais/responsáveis (%)	Total (%)
Local de aprendizagem e de convívio social	83,4	90,0	86,7
Prepara para a vida profissional	13,3	10,0	11,7
Perda de tempo	03,3	-	01,6
Total	100% (n=30)	100% (n=30)	100% (n=60)

Quanto ao significado de escola, a categoria que mais se destacou foi “Local de aprendizagem e de convívio social”, tanto para os adolescentes (83,4% dos casos), quanto para os pais/responsáveis (90,0%). Na sequência, apareceu a resposta “Prepara para a vida profissional”, com 13,3% dos adolescentes e 10,0% dos pais/responsáveis. A única categoria negativa foi “Perda de tempo” que apareceu em apenas 3,3% dos adolescentes.

A categoria “Local de aprendizagem e de convívio social” pode ser assim exemplificada: “Onde podemos descobrir novos amigos, crescer e onde estudamos” (AF1, classe B); “Escola é tudo. Quando eu estudava e tinha os meus amigos, cada um ajudava o outro, trocávamos provas para ajudar a estudar, estudávamos muito, o professor dava a aula e ficávamos prestando atenção. Era tudo de bom” (AF11, classe B).

Já a categoria “Prepara para a vida profissional” pode ser ilustrada com as seguintes falas: “Escola é tudo, porque sem escola não chegamos a nenhum lugar. Não consegue um bom emprego e nem uma boa faculdade” (Mãe14, classe D); “Aprendizado para o futuro. Sem escola você não tem nada, não tem trabalho, não tem faculdade, não tem a sua casa. Sem Deus e sem escola você não é nada” (AM23, classe D).

De modo semelhante, Cruz (2014) destaca que a escola continua proporcionando a socialização do indivíduo e a sua inserção na sociedade. Ela representa uma parte da vida social da pessoa, em diferentes contextos econômicos, sendo uma experiência única para a grande maioria dos jovens, não comparável a nenhuma outra. Nesta perspectiva, Moraes (2011) afirma que a escola representa um microsistema social, ou seja, um contexto onde o desenvolvimento, a aprendizagem e a diversidade reúnem conhecimentos, atividades, regras e valores para o jovem desenvolver-se de forma global.

Para a maioria dos adolescentes entrevistados nesta pesquisa, a escola significa um local de aprendizagem e de convívio social. Tais dados reforçam a afirmação de Moraes (2011) ao destacar que o contexto escolar oferece uma variedade de oportunidades e interações complexas por ser um espaço de diversidade, que envolve inúmeros alunos, em diferentes estágios de desenvolvimento humano. E, por ser um ambiente importante na vida do indivíduo, permite “desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social” (POLONIA, 2005, p. 5). Oferece, igualmente, atividades com grande sentido social, e a possibilidade de permitir a participação efetiva do jovem na sociedade, enquanto cidadão e personagem principal na construção da sua história de vida.

Consta, a seguir, a importância atribuída pelos participantes ao fato de o adolescente estar matriculado numa escola.

Tabela 4 – Importância de os adolescentes estarem matriculados numa escola na perspectiva dos próprios adolescentes que buscam exames supletivos e de seus pais/responsáveis. Salvador (BA), 2019

Importância de o adolescente estar matriculado numa escola	Adolescentes (%)	Pais/responsáveis (%)	Total (%)
Ter um estudo melhor, aprender	63,4	30,0	46,7
Conviver socialmente	16,7	26,7	21,7
Ascender socialmente	13,3	23,3	18,3
Crescer pessoalmente	-	13,3	06,6
Estar em um ambiente bom	-	06,7	03,3
Nenhuma importância	03,3	-	01,7
Não sabe a importância	03,3	-	01,7
Total	100% (n=30)	100% (n=30)	100% (n=60)

Para os adolescentes, houve um grande destaque para “Ter um estudo melhor, aprender” (63,4% dos casos). Por sua vez, embora esta também tenha sido a categoria mais apontada pelos responsáveis (30,0%), ainda chamam à atenção as categorias “Conviver socialmente” (26,7%) e “Ascender socialmente” (23,3%), havendo uma maior distribuição entre essas três respostas.

A categoria “Ter um estudo melhor, aprender” é ilustrada como segue: “É ótimo. Estudamos e aprendemos mais. Ficamos fixados para o mundo. Escola é para a gente aprender a viver a vida, a viver no nosso mundo” (AF11, classe B); “Tenho a oportunidade de estudar e aprender para melhorar o meu intelecto” (AT12, classe A).

Já a categoria “Conviver socialmente” é assim exemplificada: “É uma importância imensa, o convívio com os colegas, com os professores, aprende a lidar com a sociedade. Quando faltamos à escola, não temos muito convívio com as pessoas, não tem uma experiência familiar com todos” (AF8, classe D); “Extrema importância. Não podemos esquecer que a socialização dos adolescentes é importantíssima, ainda mais nos tempos de hoje em que eles se isolam em celulares, internet e vivem uma vida fictícia” (Mãe13, classe B); “Aprender a viver socialmente e comunicar-se melhor” (AM16, classe E).

A categoria “Ascender socialmente” pode ser ilustrada com as seguintes falas: “Crescer na vida. Com estudo já está difícil, sem estudo a gente não é nada” (AM2, classe D); “Pra conseguir chegar em algum lugar na vida” (AM15, classe D); “Muito importante. Isso vai ajudar ele (irmão) a ser alguém na vida” (Irmã17, classe E).

Sobre a categoria “Crescer pessoalmente”, é um exemplo: “Para que ele (filho) cresça como pessoa e ser humano” (Mãe, classe C).

A categoria “Estar em um ambiente bom” pode ser ilustrada como segue: “A importância é enorme, porque imagine esses meninos fora da sala de aula, nas ruas, ainda mais no local onde moramos, que é perigoso, imagine. Estaria envolvido com coisa que não presta. Então, tem que estar na sala de aula. É importante” (Pai2, classe D).

A escola é o espaço referencial que possibilita às crianças, os jovens e os adultos a encontrarem o crescimento pessoal por meio das relações (antagônicas ou não) vividas no seu interior, além da aquisição e troca de conhecimentos no convívio com colegas e professores. Dessa forma, para a maioria dos entrevistados, participar deste espaço significa aprender, conviver e ascender socialmente. Similarmente, Marques e Castanho (2011) destacam que a escola é um espaço que promove o crescimento dos indivíduos escolarizados em direção à sua inserção social e cultural.

A seguir, constam os motivos pelos quais os participantes buscaram os exames supletivos.

Tabela 5 – Motivos pelos quais os adolescentes e seus pais/responsáveis buscaram os exames supletivos. Salvador (BA), 2019

Motivos para buscar os exames supletivos	Adolescentes (%)	Pais/responsáveis (%)	Total (%)
Estar com defasagem idade/série escolar	60,0	63,4	61,6
Estar com dificuldades em disciplinas	13,4	16,7	15,1
Ter sido aprovado no vestibular	06,7	10,0	08,4
Poder trabalhar	10,0	03,3	06,7
Ter feito intercâmbio no exterior	03,3	03,3	03,3
Ter ficado doente	03,3	03,3	03,3
Para sair logo da escola	03,3	-	01,6
Total	100% (n=30)	100% (n=30)	100% (n=60)

A categoria “Estar em defasagem idade/série escolar” foi a que mais se destacou, tanto para os adolescentes (60,0% casos), quanto para os pais/responsáveis (63,4%). Alguns motivos positivos estiveram presentes nas falas, como retrata a categoria “Ter sido aprovado no vestibular” (apontada por 6,7% dos adolescentes e por 10,0% dos pais/responsáveis) e também “Ter feito intercâmbio no exterior”, com 3,3% dos adolescentes e a mesma proporção dos pais/responsáveis.

Exemplos da categoria “Estar em defasagem idade/série escolar” são: “É bom um histórico rapidinho. Ela vinha de uma escola muito familiar. Uma vez que passou para uma escola muito grande, 6º ano, o Salesiano e aí foi toda uma inadaptação, digamos assim. Começou repetidamente a perder o ano, mudamos de escola e, como já estava muito atrasada, optamos pelo supletivo para no próximo ano voltar para uma escola regular” (Mãe1, classe B); “Porque ele (filho)

perdeu, brincou muito no período que deveria estar em sala de aula. Achou que não poderia mais estar na sala de aula com os meninos pequenos. Então, optou por isso aqui, que ele diz que é supletivo, não sei, aí eu trago, até porque estou muito preocupado, sabe? Apesar de já estar com essa idade, mas sou eu quem trago para poder não fugir. Dizer que vem e não vem” (Pai2, classe D); “Ele (filho) estava meio atrasado e eu percebi a oportunidade de adiantar” (Mãe15, classe D).

A categoria “Ter sido aprovado no vestibular” pode ser ilustrada assim: “Ele (filho) passou no vestibular e achamos a oportunidade de entrar com esse mandado de segurança. Não que ele queira acelerar, mas como foi uma coisa que aconteceu e ele já esperava, então resolvemos não procrastinar esse feito. Provavelmente ele vai começar a cursar esse semestre mesmo” (Mãe 18, classe A); “Procurei porque achei que era a melhor opção pra mim que queria entrar na faculdade mais cedo com a liminar que a justiça concedeu” (AM18, classe A).

Já a categoria “Poder trabalhar” pode ser assim ilustrada: “Eu procurei os exames supletivos para adiantar os meus estudos, para procurar um trabalho, um menor aprendiz” (AM7, classe C).

Nesta tabela, os motivos apontados em maior percentual para a procura dos exames, foram: (a) o de estar em defasagem idade/série, quando o aluno (re)ingressa na escola tardiamente, ou sofre constantes reprovações no final do ano letivo, ou de alunos com mais de dois anos de atraso na sua vida escolar. Este atraso corresponde à idade superior à esperada para aquela etapa, e a distorção idade/série é a proporção de alunos com mais de dois anos de retrocesso nos seus estudos; seguido por (b) dificuldades em algumas disciplinas; e (c) concluir ou regularizar a vida escolar, incluindo a certificação nos ensinos fundamental ou médio para a inserção no mercado de trabalho.

Portella, Bussman e Oliveira (2017) afirmam que alguns motivos colaboram para a defasagem idade/série: a reprovação, quando o aluno repete determinada série na sua vida escolar; o abandono do contexto da escola, quando o mesmo deixa de frequentá-lo por algum período; ou, finalmente, quando é a matriculado tardiamente na instituição. Neste quadro, é necessário, igualmente, levar em consideração variáveis relacionadas aos alunos: se gostam de estudar; frequentar a escola; a família: de que forma participa do processo de escolarização dos seus filhos; o contexto socioeconômico ao qual o jovem está inserido: variáveis como a vulnerabilidade, oportunidades; e, a própria estrutura e funcionamento da escola na qual está matriculado: quais os atrativos em relação ao conteúdo, metodologia e recursos para atraírem esta parcela da população?

Na sequência, consta o maior nível de escolaridade almejado para e pelos adolescentes.

Tabela 6 – O maior nível de escolaridade almejado para os adolescentes na perspectiva dos próprios adolescentes e de seus pais/responsáveis. Salvador (BA), 2019

Maior nível de escolaridade almejado	Adolescentes (%)	Pais/responsáveis (%)	Total (%)
Ensino Médio	10,0	06,7	08,3
Nível superior	70,0	53,3	61,7
Pós-graduação	16,7	30,0	23,3
Pós-doutorado	03,3	06,7	05,0
Não respondeu	-	03,3	01,7
Total	100% (n=30)	100% (n=30)	100% (n=60)

Embora o maior destaque tenha sido dado para o “Nível Superior”, tanto por adolescentes (70,0% dos casos), quanto pelos pais/responsáveis (53,3%), a expectativa quanto à realização de pós-graduação e de pós-doutorado é maior para os pais/responsáveis (30,0% e 6,7% respectivamente) do que para os adolescentes (16,7% e 3,3% respectivamente).

Sobre “Ensino Médio”, algumas justificativas foram: “E hoje, como estão as coisas (muitas repetências na escola), não penso num nível de escolaridade bom. Quero o Ensino Médio. Que ela possa encontrar alguma coisa que dê satisfação, sucesso” (Mãe1, classe B); “Ensino Médio, porque não gosto muito de estudar” (AF17, classe E).

Com relação ao “Nível superior”, são exemplos de justificativas: “Gostaria que ele fosse doutor (no sentido de ser médico, advogado, e não no de ter um doutorado), que ele fosse o que eu, nem a mãe dele pudemos ser. Então, se ele se tornar doutor, vai ser excelente, vai ser a nossa felicidade” (Pai2, classe D); “Pelo menos ele tem que sair do Ensino Médio para buscar a faculdade. Acho que ele tem que concluir na adolescência o Ensino Médio” (Mãe6, classe C); “Eu desejo o nível universitário, e a justificativa é que todos nós conhecemos que o conhecimento é tudo na vida. Quem não tem conhecimento, também não tem nenhum progresso de vida” (Avô7, classe C); “Ensino superior mesmo, por causa do preconceito de quem não terminou a faculdade” (AM13, classe B); “Ao nível superior, o que vai ser uma honra pra mim” (Mãe15, classe D).

No que diz respeito à “Pós-graduação”, são exemplos: “Eu pretendo, minimamente, alcançar o curso de graduação em uma Faculdade. Mas pretendo, sim, fazer a pós-graduação, mestrado, e até onde me for permitido e me parecer necessário” (AF5, classe B); “Quero que ele alcance o Ensino Superior por vários motivos: porque somos pobres e não é por isso que não podemos chegar lá. Ele vai conseguir chegar ao doutorado” (Mãe14, classe D).

Sobre “Pós-doutorado”, são exemplos: “Caso a adolescente, minha filha, vá exercer a academia, o ensino em instituição superior, teria um doutorado, pós-doutorado. Caso contrário, a graduação e outros cursos de especialização que a ela interessem” (Mãe5, classe B).

Nas respostas apresentadas na respectiva tabela, é perceptível, nos vários contextos socioeconômicos, que a maioria dos adolescentes e as suas famílias almejam o ingresso numa

faculdade. Terruggi, Cardoso e Camargo (2019) afirmam que, no momento em que o adolescente pensa em fazer escolhas relativas ao seu futuro, as questões que envolvem a ocupação profissional estão relacionadas a partir das percepções embasadas nos papéis profissionais com os quais manteve contato no decorrer da sua vida (exemplo: profissão do pai, da mãe, ou de outros parentes). Ainda segundo os autores, para o jovem, a escolha de uma profissão só será solidificada quando ele for compreendido, tiver a oportunidade de construir sua identidade e escolhas, ao interiorizar a sua relação com o meio em que vive.

Diante do exposto, ainda que o jovem atravesse todas estas questões para escolher um curso na graduação, com ou sem o apoio da família, é importante salientar que, para ele, um curso de nível superior irá possibilitar melhores condições de vida para todos. Pois, além do conhecimento adquirido nesta etapa, as possibilidades se ampliam para o jovem atingir os seus objetivos na carreira que escolher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo do presente artigo que é identificar as concepções e perspectivas de adolescentes que realizam os exames supletivos, e de seus respectivos familiares, sobre a escolarização, pode-se concluir ter havido um avanço significativo nesta direção, sem, entretanto, ter-se esgotado tal propósito.

Os principais resultados revelam que, para 83,4% dos(as) adolescentes e 90,0% dos pais/mães ou responsáveis, a escola é um local de aprendizagem e de convívio social. Assim como, o contexto escolar proporciona para 63,4% dos(as) jovens e 30,0% dos(as) responsáveis um local para adquirir um estudo melhor e aprender.

Para 60,0% dos(as) entrevistados(as) adolescentes e 63,4% dos(as) pais/mães/responsáveis, a procura pelos exames supletivos deu-se pelo fato de o(a) adolescente estar em defasagem idade/série escolar. Em 70,0% dos casos dos adolescentes, o maior nível de escolarização que pretendem chegar é o Superior; já para o familiar, este percentual é de 53,3%.

No cotidiano das famílias e jovens entrevistados(as), todos(as) almejam que o(a) adolescente estude para mudar de vida, principalmente os pertencentes às classes econômicas menos favorecidas.

Diante do que foi constatado no presente estudo, identificou-se a necessidade de investigações quantitativas que propiciem o conhecimento panorâmico sobre os exames supletivos no território nacional e, por outro lado, há a demanda de pesquisas qualitativas que possibilitem o aprofundamento sobre a realidade da educação de jovens, adultos e idosos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)** Nº 9.394/96.
- COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- CRUZ, Ariadne de Araújo. **Exames supletivos: motivações de pais e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador - Bahia, 2014. 125p.
- CRUZ, Ariadne de Araújo. Motivações familiares para realização de exames supletivos: trabalho e inserção na universidade. In: MEIRELES, Edilton (Org.) **Trabalho, Família e Direito**. Curitiba: CRV, 2016, p. 129-142.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2019**.
- KNOPF, Cassiano; CERUTTI, Janaína. **Relação entre família e a escola e seus impactos na educação**. Revista Conhecimento Prático/Língua Portuguesa. Edição nº 36 – maio, 2012.
- LEÃO, Geraldo; CARMO, Helena Cristina. **Os jovens e a escola**. Belo Horizonte, UFMG, 2014.
- LEPIKSON, Maria de Fátima Pessôa. Adolescentes e inserção socioeconômica: uma realidade de negação de direitos. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; FORNASIER, Rafael C. (Orgs.). **Adolescentes & adolescências: família, escola e sociedade**. Curitiba: CRV, 2018. 394p. Coleção Família e desenvolvimento humano – volume 1, p.377-385.
- MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, nº 2, Bauru: USC, 2004, 10 p.
- MARQUES, Patrícia Batista; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. **O que é a escola a partir do sentido construído por alunos**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, vol.15, nº 1, Jan./Junho de 2011, p. 23-33.
- MORAES, Luciene Aparecida Souza Silva. **Processo de Construção da Identidade do adolescente na contemporaneidade: contribuições da escola**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA Maria Cláudia S. Lopes de; PINTO, Raquel Gomes; SOUZA Alessandra da Silva. **Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta.** Temas psicol. vol.11 no.1 Ribeirão Preto jun. 2003.

PIFFER, Cláudia; RODRIGUES, Sílvia; GUIMARÃES, Célia Maria. **Formação inicial e o exercício da docência na educação infantil: expectativas e percepções de estudantes de cursos de pedagogia brasileiros.** Faculdade de Ciências e Tecnologia- Unesp- PP; Universidade Federal de Mato grosso do Sul – CPAN, 2013.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública.** Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo – Brasil, 1995, p.318-325.

POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** 2005. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. **A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro.** Nova econ. vol.27, nº3 Belo Horizonte, set./dec. 2017.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.** Qualit@s Revista Eletrônica, ISSN 1677 4280, vol.17, nº 1, 2015, p. 1-14.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais.** Periódico Científico Projeção e Docência, vol.5, nº 2, p. 6-23, Goiás, 2014.

TERRUGGI, Tatiana Petron Laurito; CARDOSO, Hugo Ferrari; CAMARGO Mário Lázaro. **Escolha profissional na adolescência: a família como variável influenciadora.** Pensando fam. vol.23, nº 2, Porto Alegre jul./dez., 2019.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



CRUZ, Ariadne de Araújo; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE ADOLESCENTES E FAMILIARES EM BUSCA DOS EXAMES SUPLETIVOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO. **Synesis**, v. 13, n. 1, abr. 2021. ISSN 1984-6754. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2053>>